

BB apresenta proposta de antecipação de valores aquém das necessidades da caixa de assistência

Representantes das entidades que compõe a comissão de negociação da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), realizaram, nesta quarta-feira (10), uma reunião com a direção do BB para discutirem soluções ao fortalecimento financeiro da Cassi.

Para reforçar o caixa e o capital regulatório da entidade de assistência, os trabalhadores solicitaram ao banco o adiantamento de dez valores referentes ao 13º salário e a antecipação das despesas administrativas, referentes aos 12 meses de 2026, já em janeiro.

Os representantes do BB, entretanto, negaram o pedido dos trabalhadores e apresentaram, como contraproposta, apenas a antecipação de três valores do 13º salário, sem nenhum adiantamento das taxas administrativas, com a alegação de que já seria o suficiente para a construção conjunta de uma proposta futura a ser apresentada e aprovada pelo corpo de associados.

A direção da Cassi, por sua vez, apontou que esses valores cobririam o caixa até julho de 2026, prazo que os representantes das entidades têm receio de não ser suficiente para uma proposta de equalização das contas, que demanda medidas complexas.

A coordenadora da mesa de negociação, Fernanda Lopes, lembrou que o objetivo da negociação entre os representantes dos trabalhadores e do banco é encontrar soluções definitivas para o custeio. "O atendimento do pedido, feito pelas entidades sindicais que representamos, daria tranquilidade durante a continuidade da negociação para construir uma solução perene à Cassi", pontuou.

Déficit do Saúde Caixa confirma acerto da categoria ao aprovar novo ACT

O Grupo de Trabalho do Saúde Caixa, composto por representantes das empregadas, empregados e da direção da Caixa Econômica Federal, reuniu-se no dia 8 de dezembro para discutir o acompanhamento trimestral do plano e os números projetados até novembro. Os dados apresentados pelo banco reforçam a importância da mobilização da categoria e o acerto na aprovação do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do Saúde Caixa, cuja vigência começa em janeiro de 2026, após a assinatura pelas partes.

Frente a esse cenário, a representação do funcionalismo destacou que a aprovação do novo ACT foi fundamental para impedir que esse desequilíbrio financeiro fosse transferido para as trabalhadoras e trabalhadores. O acordo garantiu: Reajuste zero para titulares e dependentes; Manutenção dos limites de coparticipação e do teto anual; Mecanismos de governança e transparência que ampliam o acompanhamento do plano.